



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

per

Despacho nº 1/2016

Considerando que o Conselho Geral foi legalmente constituído em 14 de dezembro de 2012, com a homologação dos resultados eleitorais, nos termos do nº 4 do artigo 11º dos Estatutos do IPC;

Considerando que o mandato dos membros eleitos ou designados é de quatro anos, exceto no caso dos estudantes, em que é de dois anos, conforme estipulado no nº 3 do artigo 11º dos Estatutos do IPC;

Considerando, assim, que o mandato dos membros do Conselho Geral termina no dia 14 de dezembro de 2016;

Considerando a calendarização do processo de eleição do Conselho Geral aprovada na reunião do dia 9 de setembro de 2016;

Determino, ao abrigo do disposto no nº 8 do artigo 11º dos Estatutos do IPC, a realização de novo processo eleitoral para a eleição dos seguintes membros do Conselho Geral:

- a) Dezoito representantes dos professores e investigadores;
- b) Seis representantes dos estudantes;
- c) Um representante dos funcionários não docentes.

De acordo com o artigo 11º dos Estatutos do IPC e com o Regulamento para a eleição do Conselho Geral, aprovado em reunião de 9 de setembro de 2016, o processo eleitoral decorrerá nos seguintes termos:

1. O processo eleitoral iniciar-se-á no dia 31 de outubro de 2016, com a afixação nos locais de estilo e com a inserção no portal do IPC na Internet, do edital a convocar a eleição e do presente despacho.
2. No mesmo dia serão tornados públicos, com a afixação nos locais de estilo e com a inserção no portal do IPC na Internet, os cadernos eleitorais, elaborados por referência à data do presente despacho.
3. Não será admitido o voto por procuração ou por correspondência.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

fulk

4. Para efeitos do presente despacho têm legitimidade eleitoral ativa e passiva:
 - a) Os professores de carreira, bem como os professores convidados e equiparados, e os investigadores;
 - b) Os estudantes matriculados e inscritos em cursos do IPC conferentes de grau;
 - c) Os funcionários não docentes em regime de contrato de trabalho em funções públicas.
5. Os cadernos eleitorais, a elaborar por corpo e por unidade orgânica, deverão conter as seguintes informações:
 - a) Professores de carreira, professores convidados e equiparados, e investigadores: nome, categoria, percentagem e tipo de contrato;
 - b) Estudantes: nome, número de aluno e curso;
 - c) Funcionários não docentes: nome, categoria, tipo de contrato.
6. As reclamações sobre o conteúdo dos cadernos eleitorais deverão ser apresentadas à Presidência do IPC ou da Unidade Orgânica competente, consoante a afetação do interessado, até às 16.00 horas do dia 4 de novembro de 2016.
7. A Presidência do IPC ou da Unidade Orgânica competente decidirá sobre as reclamações recebidas até às 16.00 horas do dia 7 de novembro de 2016.
8. Os cadernos eleitorais definitivos devem ser remetidos ao Presidente do Conselho Geral até às 12.00 horas do dia 8 de novembro, para homologação.
9. O despacho com a distribuição proporcional dos professores por Unidade Orgânica será divulgado no dia 9 de novembro de 2016, após a homologação dos cadernos eleitorais.
10. A eleição dos representantes de cada um dos corpos será conduzida por uma Comissão Eleitoral, presidida pelo Presidente do Conselho Geral, integrando ainda dois ou mais elementos do Conselho Geral por este indicados, e representantes de cada uma das listas concorrentes.
11. Competirá à Comissão Eleitoral:
 - a) Receber as listas que pretendam apresentar-se a sufrágio e verificar a sua conformidade com a lei, com os Estatutos do IPC e com o presente despacho, decidindo sobre a sua aceitação, nos termos dos números 13 a 17;
 - b) Organizar e constituir as mesas de voto;
 - c) Decidir sobre as questões que forem suscitadas no decurso do processo eleitoral;



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

Handwritten signature in blue ink.

- d) Assegurar a legalidade e a regularidade do ato eleitoral e garantir igualdade de condições a todas as listas candidatas;
 - e) Proceder à verificação de todos os documentos provenientes das mesas de voto, ao apuramento final dos resultados e respetiva publicitação através dos meios anteriormente referidos no presente despacho.
12. A Comissão Eleitoral funcionará nas instalações do Conselho Geral nos Serviços da Presidência do IPC e poderá ser assessorada, a pedido do seu Presidente, por um jurista dos Serviços da Presidência, designado pelo Presidente do IPC.
13. As listas concorrentes às eleições deverão conter:
- a) Listas de professores de carreira, professores convidados e equiparados, e investigadores: um número de candidatos efetivos determinado nos termos do nº 9 deste despacho, e um número de suplentes igual a, pelo menos, metade do número de efetivos, e deverão ser subscritas por, pelo menos, dez por cento dos membros dos cadernos eleitorais;
 - b) Listas de estudantes: seis efetivos e, pelo menos, seis suplentes, não devendo incluir, quer nos membros efetivos, quer nos membros suplentes, mais do que quarenta por cento de estudantes da mesma escola, e deverão ser subscritas por, pelo menos, um por cento dos estudantes do IPC e, em pelo menos, cinco das suas escolas;
 - c) Listas de funcionários não docentes: um efetivo e, pelo menos, um suplente, e deverão ser subscritas por, pelo menos, dez por cento dos funcionários do IPC em serviço em, pelo menos, cinco das Unidades Orgânicas.
14. As listas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Eleitoral e entregues pessoalmente no Secretariado do Conselho Geral dos Serviços da Presidência, até às 16.00 horas do dia 18 de novembro de 2016.
15. A Comissão Eleitoral identificará cada uma das listas entregues através de uma letra, a qual será atribuída, para cada um dos corpos, de acordo com a data e hora de entrada nos Serviços da Presidência do IPC.
16. Cada uma das listas deverá ser acompanhada das declarações de aceitação da candidatura por parte dos membros efetivos e suplentes que a integram, da relação dos respetivos subscritores e da identificação do seu representante (e dos seus contactos) para integrar a Comissão Eleitoral.
17. A Comissão Eleitoral decidirá sobre a aceitação das listas até às 16.00 horas do dia 22 de novembro de 2016.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Conselho Geral

18. O Presidente do Conselho Geral homologará, até ao dia 23 de novembro de 2016, as listas admitidas que disputarão as eleições, dando imediata publicidade das mesmas.
19. A campanha eleitoral decorrerá entre 23 de novembro e 9 de dezembro de 2016.
20. O ato eleitoral realizar-se-á no dia 12 de dezembro de 2016, decorrendo a votação entre as 10.00 horas e as 19.00 horas, em local a definir pelas mesas de voto.
21. A Comissão Eleitoral organizará, em cada Unidade Orgânica, uma mesa de voto que será constituída:
 - a) Nas Escolas, por um professor, que preside, um estudante e um funcionário não docente escolhidos pela Comissão Eleitoral de entre os elementos constantes dos cadernos eleitorais, devendo sempre permanecer, em simultâneo, pelo menos dois dos seus três elementos;
 - b) Nos Serviços da Presidência e nos Serviços de Ação Social, por três funcionários não docentes, presidindo o mais antigo da categoria mais elevada, escolhidos pela Comissão Eleitoral de entre os elementos constantes dos cadernos eleitorais, devendo sempre permanecer, em simultâneo, pelo menos dois dos seus três elementos;
22. Em cada mesa de voto haverá três urnas autónomas, devidamente seladas, para cada um dos corpos, à exceção dos Serviços da Presidência e dos Serviços de Ação Social onde existirá uma única urna para os funcionários não docentes.
23. Encerrada a votação, os membros das mesas de voto procederão à contagem dos votos entrados nas urnas e elaboração a respetiva ata, que discriminará os resultados por cada uma dessas urnas e que será, de imediato, entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral, em sobrescrito lacrado.

Coimbra, 31 de outubro de 2016 – O Presidente do Conselho Geral, *João Maria de Moraes Palmeiro*